



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRES DO RIO

GABINETE DO VEREADOR

E-mail: sandrobarbosa01@gmail.com

Telefone e Whatsapp: (64) 9.9264-3400

VEREADOR
DR. SANDRO BARBOSA

Excelentíssimo Senhor Presidente, nos termos do art. 87, X, da Lei Orgânica do Município apresento

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO PARA SUSTAR ATO DO PODER EXECUTIVO

Nos seguintes termos

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002 /2022.

**"Susta os efeitos do Decreto
Executivo nº 8.149/2022 que
nomeia o Diretor de Departamento
de Trânsito e Mobilidade Urbana"**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, com fundamento no art. 87, X, da Lei Orgânica Municipal, **decreta:**

Art. 1º. Ficam suspensos os efeitos constantes do Decreto de Nomeação nº 8.149/2022 que nomeou o Diretor de Departamento de Trânsito e Mobilidade Urbana.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Após análise dos Decretos expedidos pelo Poder Executivo, verificou-se a nomeação do cargo de Diretor de Trânsito e Mobilidade Urbana – Decreto nº 8.149 de 13 de Abril de 2022.

A fim de elucidar e tomar conhecimento das atividades desenvolvidas pela Diretoria nomeada, foi encaminhado Ofício com pedido de informação para que o Poder Executivo esclarecesse onde a Diretoria está estabelecida e quais projetos a serem executados.

Em resposta, a Prefeita informou que apesar do cargo criado pela LC nº 139/2017 **não há previsão de competências para o referido cargo.**





CÂMARA DE VEREADORES DE PIRES DO RIO

GABINETE DO VEREADOR

E-mail: sandrobarbosa01@gmail.com

Telefone e Whatsapp: (64) 9.9264-3400

VEREADOR
DR. SANDRO BARBOSA

Ainda, a Prefeita informou que **“por não ter ainda competências específicas firmadas em lei, suas atividades encontrar-se-ão atreladas àquelas realizadas pela secretaria a que é submetida”**.

Em sua resposta, a Prefeita cita que o Diretor nomeado desenvolve até mesmo **“condução e direção de maquinários da Secretaria de Desenvolvimento Urbano”**.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Pires do Rio, art. 87, inciso X, temos que compete privativamente à Câmara Municipal:

X - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem ao poder regulamentar ou quando ilegais

O STF já pacificou entendimento e em relação ao Patrimônio Público editou o TEMA 1010 em repercussão geral que dispõe:

“a) A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, **não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais**; b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado; c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar; e **d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.**”

Assim, considerando que as atribuições do Diretor nomeado deveria está descrita de forma clara e objetiva e que segundo a Prefeita em sua resposta **“não há atribuições fixadas em lei”** e quem tem executando atividades técnicas e operacionais (motorista de máquinas), têm que o ato – Decreto nº 8.149/2022 – **é ilegal e merece ser sustado**.

Pelas razões expostas, solicito o apoio dos demais Vereadores para a aprovação da presente propositura, nos termos que fundamenta.

Plenário Libório Silva Neto, 06 de Dezembro de 2022.

Dr. SANDRO BARBOSA
Vereador